

**Acumulação primitiva: um processo com práticas
contínuas de pilhagem.
Estudo de caso da mineração em Catalão (GO)¹**

*Primitive accumulation: a process with continuous
practices of plunder.
Case study of mining in Catalão (GO)*

Ana Paula Saragossa

Universidade Estadual de Goiás – UEG
anap.saragossa@gmail.com

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás – UEG
ricardo.goncalves@ueg.br

Resumo

A centralidade desta pesquisa é apresentar uma análise geográfica dos efeitos socioespaciais dos megaprojetos de extrativismo mineral no município de Catalão, no Sudeste Goiano. A metodologia usada baseia-se em procedimentos qualitativos, tais como entrevistas, diário de campo, observação participante. A pesquisa baseia-se em um referencial teórico e metodológico que busca revelar a relação entre acumulação primitiva e as estratégias de apropriação dos territórios e dos trabalhadores por empresas mineradoras que atuam no município de Catalão (GO) com operações de nióbio e fosfato. Sendo assim, as análises apresentadas contribuem para desvelar as práticas de pilhagem e corrosão de territórios e trabalhadores pelo modelo extrativista mineral baseado em grandes projetos de minas a céu aberto e controle do capital hegemônico.

Palavras-chave: Mineração. Território. Acumulação Primitiva. Pilhagem.

¹ Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada na XVIII Jornada do Trabalho, realizada em Goiânia entre os dias 6 e 9 de setembro de 2017. Este texto, portanto, apresenta uma nova versão expandida e aprimorada.

Abstract

The centrality of this research is to present a geographic analysis of the socio-spatial effects of megaprojects of mineral extractivism in the municipality of Catalão, in the Southeast Goiano. The methodology used is based on qualitative procedures, such as interviews, field diary, participant observation. The research is based on a theoretical and methodological framework that seeks to reveal the relationship between primitive accumulation and strategies of appropriation of territories and workers by mining companies operating in the municipality of Catalão (GO) with niobium and phosphate operations. Thus, the analyzes presented contribute to reveal the practices of looting and corrosion of territories and workers by the extractive mineral model based on large projects of open pit mines and control of hegemonic capital.

Keywords: Mining. Territory. Primitive Accumulation. Plunder.

Introdução

Neste texto, defende-se que as práticas de pilhagem e violência que caracterizam a acumulação primitiva discutida por Karl Marx, em *O Capital*, não se esgotaram historicamente e, portanto, são contínuas na história do capitalismo e expansão de suas fronteiras. As práticas de violência e pilhagem fazem parte da dinâmica contínua e expansiva da sociedade capitalista contemporânea. A acumulação primitiva e a reprodução de capital estabelecem interlocuções no tempo e no espaço.

O modelo de mineração dos grandes projetos extrativistas a céu aberto, subordinado aos interesses e demandas do capital internacional, revela processos de pilhagem e exaustão dos territórios e dos trabalhadores que expõem o processo contínuo das estratégias de acumulação do capital. Exaustão das águas, paisagens e força física dos trabalhadores, expropriação violenta de Comunidades Tradicionais e apropriação dos territórios de existência coletiva são exemplos que ilustram as contradições do modelo mineral territorializado no Brasil e América Latina.

O objetivo do texto é apresentar uma análise geográfica dos efeitos socioespaciais dos megaprojetos de extrativismo mineral no município de Catalão, no Sudeste Goiano. Portanto, a pesquisa baseia-se em um referencial teórico e metodológico

que busca revelar a relação entre acumulação primitiva e as estratégias de apropriação dos territórios e dos trabalhadores pelas empresas (Vale Fertilizantes e CMOIC Internacional Brasil) que atuam no município de Catalão com operações de nióbio e fosfato. A metodologia usada baseia-se em procedimentos qualitativos, tais como entrevistas, diário de campo, observação participante.

Desse modo, a exploração mineral em Catalão/GO, controlada por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, expõe a relação entre o domínio econômico do território e a ligação com a matéria prima mineral. Os impactos do processo expansivo da mineração, que tem como centralidade a elevação dos lucros de empresas nacionais e transnacionais, ampliaram as escalas de conflitos territoriais, a expropriação de comunidades tradicionais, o adoecimento e a precarização do trabalho.

Acumulação primitiva e práticas permanentes de espoliação dos territórios e dos trabalhadores

Para Marx (2013), a acumulação primitiva permitiu a ampliação das bases técnicas e as transformações sociais na instauração do processo econômico capitalista. O autor afirma que esse conceito é importante para a compreensão da ampliação da base dominadora produtiva, política e ideológica da burguesia. O processo de acumulação primitiva ocorreu através da captação dos recursos necessários para a acumulação de capital, na forma de possuir os meios de produção e obter a dominação sobre a força de trabalho dos proletariados. Um processo que, segundo Engels e Marx (2010), se situa a partir da mudança de paradigmas em toda a sociedade do século XV ao XVII.

Até meados do século XV, Marx (2013) descreve que os camponeses ingleses eram detentores de seus meios de produção. A partir do século XVI se iniciou um processo o qual o autor chamou de acumulação primitiva ou original. A desapropriação da população camponesa é um marco na mudança entre o sistema econômico feudal para o capitalismo, processo ocorrido inicialmente na Inglaterra:

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a

pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2013, p. 785)

Essas mudanças estruturais e de relações sociais de produção remontam para Harvey (2005) uma trajetória contínua da histórica pré-capitalista. Esse termo o autor nomeou como “acumulação por espoliação”. Segundo Harvey (2006) a teoria elaborada por Marx (2013) sobre acumulação primitiva é a essência do capitalismo. Em outras palavras, sem a acumulação primitiva, ou por espoliação, não é possível que o capital possa se acumular. O crescimento do capital está conectado aos processos paradoxais das estruturas do próprio capitalismo.

Segundo Rosa Luxemburg (1985) a acumulação de capital ocorre de duas maneiras distintas e necessárias. Uma é por meio da produção de mais-valia, processo feito entre o capitalista, aquele que detém o meio de produção, e o trabalhador assalariado. A outra se produz através das relações não capitalistas, que se constituem por métodos de políticas coloniais, empréstimos internacionais, guerras e apropriação do território. Historicamente, ainda segundo Luxemburg (1985) o capitalismo se inicia e se ascende em meio social não-capitalista:

Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa mesma tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. (LUXEMBURG, 1985, p. 254)

A acumulação primitiva é o processo histórico que separa o camponês de seu meio de produção, a terra. O camponês desapropriado precisara, a partir desse processo, vender sua força de trabalho para poder obter seu sustento. A acumulação primitiva, em poucas palavras, pode ser definida como a separação do trabalhador das condições de

realizar o seu trabalho de forma autônoma. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação ente produtor e meio de produção.” (MARX, 2013, p. 786)

Esse movimento histórico que transformou o servo em assalariado, superficialmente, é remetido à população por um princípio de liberdade. Porém, o que ocorreu em realidade foi a retirada de um processo de servidão para outro processo de exploração, diferente do feudalismo, mas igualmente cruel:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletariados absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. (MARX, 2013, p. 787).

A expropriação dos camponeses de seu meio de produção, para Marx (2013), significa a ideia da propriedade privada. A “solução” da população está (a)fundada no trabalho assalariado, a qual se retira a mais-valia. A partir desse momento histórico é necessário trabalhar para terceiros, receber um montante, acumular capital para poder ter sua propriedade privada. Parece “justo”, mas a problemática disso tudo está no processo de mais-valia, ou seja, receber o injusto por seu trabalho, então o proletariado não obterá facilmente seu meio de produção. Todo esse conceito, na visão de Marx (2013), é a pré-história do capitalismo:

[...] a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma séria de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, são suas condições de trabalho, cede lugar à

propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p. 831)

As práticas de violência e corrosão implacável de territórios e trabalhadores, que marcaram a fase da acumulação primitiva, não se esgotaram historicamente e fazem parte do processo contínuo do desenvolvimento da sociedade capitalista. A acumulação primitiva e a reprodução de capital fazem parte do mesmo método e coexistem em seus processos históricos de forma complementar, contraditória e dialética. Por esse fato, a importância da acumulação primitiva, ao contrário do que se pensava, supera o avanço da acumulação de capital. (LENCIONI, 2012).

Esses métodos utilizados para se realizar a acumulação primitiva estão baseados na dominação e no uso da força bruta, barbaridades legalizadas pelo aparelho estatal. Estão presentes no processo a usura, a predação, ações ilícitas, a apropriação, expropriação, pilhagem e assim por diante. Esses instrumentos são ordinários e presentes. (BRANDÃO, 2010; HARVEY, 2005; LENCIONI, 2012; LUXEMBURG, 1985).

Harvey (2005) afirma que a acumulação primitiva, ao contrário do que se pensava Marx (2013), não é somente primitiva, mas sim necessária e contínua para que a acumulação de capital possa se perpetuar:

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentadores. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2005, p. 120)

Para Brandão (2010) o movimento de acumulação de capital precisa ser explicado como uma revolução em processo:

[...] que revolucionariza endógena e constantemente suas bases, que homogeneíza e hierarquiza relações e heterogeneíza estruturas e mercadeja tudo, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc.) para crescentemente se autotransformar e autoexpandir tornando-se mais sensível

às diferenciações e heterogeneidades que lhe possa trazer vantagens distintas extraordinárias. (BRANDÃO, 2010, p. 44).

Lencioni (2012) e Brandão (2010) afirmam, em concordância com Harvey (2005), que essa acumulação primitiva é um processo de espoliação. Para Lencioni (2012, p. 2) a espoliação significa “privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos”. A reprodução do capital para a mesma autora “se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada” (LENCIONI, 2012, p. 2). Há uma diferença entre essas duas formas de acumulação de capital. A primeira produz um novo capital e a segunda faz parte de um capital que já se concretizou. Esse se agrega mais valor através, por exemplo, da exploração do trabalho.

Atentando a realidade capitalista brasileira, Brandão (2010) afirma que o processo histórico do país é marcado por uma rede de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias. Foi marcado por um complexo desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos. São as desigualdades que marcam a continua rigidez socioeconômica presente no Brasil. Ainda segundo o mesmo autor, a apropriação do excedente, que se acentuou em escala nacional, é marcada por ritmos desiguais e forças produtivas materiais:

As estruturas socioeconômicas de exploração e marginalização continuaram a se fortalecer, a superexploração do trabalho e destruição ambiental persistiram e se sofisticaram. A compulsão das elites para estocar, simultaneamente, ativos de raiz e ativos financeiros, para espoliar, explorar e depredar os recursos territoriais, ao mesmo tempo que busca no âmbito do Estado garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial, se exacerba. (BRANDÃO, 2010, p. 63)

Esta discussão teórica preliminar permite avançar desvendando realidades concretas e atravessadas pelas estratégias de acumulação do capital e erosão dos territórios e dos trabalhadores. Essas que avançam expropriando comunidades, precarizando o trabalho e esgotando as fontes naturais de existência social coletiva em lugares coletivos. Em suma, acredita-se que a mineração em Catalão/GO é ilustrativa deste processo.

Mineração e o processo de espolição das Comunidades Camponesas em Catalão, Goiás

O município de Catalão, localizado no Sudeste Goiás, possui um dos maiores polos mineroquímicos do Brasil, com atuação de empresas nacionais (Vale Fertilizantes) e estrangeiras (CMOC International - “braço” internacional da China Molybdenum) na extração e beneficiamento de fosfato e nióbio.

A territorialização dos grandes projetos de extrativismo mineral no município de Catalão/GO engendra processos concomitantes de desterritorialização de Comunidades Camponesas e conflitos socioambientais. Por consequência, territórios da vida coletiva são fragmentados e exauridos pelos ritmos extrativistas das empresas mineradoras que atuam no município. O território, neste sentido, é entendido como patrimônio material e imaterial necessário para a produção e reprodução local, que sustenta a sobrevivência coletiva da Comunidade Macaúba.

Dessa maneira, a territorialização das atividades mineradoras promove *disputas territoriais* e efeitos socioambientais que envolvem a expropriação do campesinato, alteração da paisagem local, aumento do escoamento superficial e diminuição de infiltração de águas no solo, rebaixamento do lençol freático, processos erosivos, assoreamento das drenagens, aumento de gases e partículas sólidas em suspensão, geração de ruídos, supressão da flora, migração da fauna, desequilíbrios na biota aquática, riscos de rompimento e extravasamento de lamas de rejeitos das barragens, expansão da monocultura de eucaliptos etc. (FARIAS, 2002; FERREIRA, 2012).

À vista disso, a disposição de estéril exemplifica um dos problemas ambientais locais relatados pelos camponeses. Praticamente de qualquer lugar da Comunidade Macaúba é possível visualizar, no horizonte, os depósitos de estéril, pondo em destaque a poluição visual e a dilapidação da paisagem no local conhecido pelos moradores como serra “terra quebrada”. Despida de vegetação e entulhada de estéril, a serra “terra quebrada” foi drasticamente modificada. *“Como eu poderia imaginar que um dia nós íamos ver a “terra quebrada” entupida de estéril daquele jeito? Eu acordo todos os dias e quando*

observo pela janela ou saio do lado de fora da porta da sala e entro no curral, a visão é aquela, a montanha de estéril só aumentando. Antes, eram apenas os babaçus e a serra terra quebrada”, disse um dos entrevistados. Os efeitos ambientais dos depósitos de estéril possuem impactos diretos e irreversíveis nas paisagens. (Fotos 1).

Foto 1 - Paisagem modificada pela atividade mineradora por meio das pilhas de estéril, com impactos socioambientais em propriedades familiares na Comunidade Macaúba, Catalão/GO.



Fonte: Pesquisa de campo, Junho de 2017.

Autor: Gonçalves (2017).

Os efeitos ambientais impactam as paisagens da Comunidade Camponesa na vizinhança com lugares ocupados por famílias camponesas que vivem e trabalham na terra, dedicam-se aos cultivos dos quintais, plantio de roças e pastagens para criação de gado leiteiro. As transformações nas paisagens locais resultam na destruição das características naturais da “terra quebrada” frente as operações da empresa Anglo American Fosfatos Brasil Ltda. Para um dos moradores entrevistados “o problema é agravado, pois, o depósito de estéril se localiza na “cabeceira das nascentes”, afeta nossa rede de drenagens que passa ao fundo da casa aqui embaixo. Bem próximo delas haviam nascentes que desapareceram, existia captação de água naquelas nascentes. Logo embaixo da serra “terra quebrada” também tinha morador, represa para irrigar as lavouras de alho. Lá

perto ainda tem as mangueiras, restos dos quintais dos moradores. Há uma modificação drástica das paisagens da nossa Comunidade”.

Essas observações elucidam aos poucos que a “convivência” com os ritmos e efeitos da atividade mineral torna a vida dos camponeses na terra insustentável. O ritmo de trabalho e extração mineral estabelecidos pelos grandes projetos de mineração é o do lucro no menor prazo possível, portanto, contraposto ao tempo e ao espaço dos camponeses que vivem há décadas na Comunidade Macaúba. A mineração impõe uma nova lógica temporal e espacial, controlada pelo sistema do capital, cujo resultado, nas palavras de Mészáros (2007), é o máximo de desperdício e destruição, assinalados pela degradação sem limites do trabalho humano e da natureza. Diante disso, “o sistema do capital enxerga as terríveis perdas humanas, sociais e ecológicas impostas por sua míope perseguição da velocidade e da quantidade como meros “efeitos colaterais”” (MÉSZÁROS, 2007, p. 16).

Os impactos na água são elucidativos do processo de *exaustão territorial* provocado pela mineração. A posição das pilhas de estéril não possui apenas como consequência a poluição visual, atingem também a principal fonte natural da existência das famílias: as nascentes de água. A serra “terra quebrada”, neste sentido, além da representação simbólica que despertava nos moradores, localiza-se num divisor de águas, onde estão algumas das principais nascentes que irrigam os córregos, pequenas barragens e regos locais. Por isso, as intervenções geradas pelos empreendimentos de mineração por intermédio do depósito de estéril, barragens de rejeitos e escavação a céu aberto impactam diretamente as nascentes, considerando a rede de drenagem no entorno da mina do Domo I – Mina Chapadão. (Figura 1).

Figura 1 – Mina Chapadão, pilhas de estéril, barragens de rejeitos. Implicações territoriais na Comunidade Macaúba, em Catalão/GO.



Fonte: Google earth, 2016.

Os relatos orais dos camponeses que vivem na Comunidade Macaúba pontuaram desde os anos 1970, a abertura da mina de Chapadão e expansão dos empreendimentos da mineradora resultou em novas áreas impactadas por barragens, estradas e pilhas de estéril, afetando, ao mesmo tempo, as fontes de água que compõem a rede de drenagem local. À vista disso, é didática a observação de um camponês entrevistado: *“os depósitos de estéril coincidem com o espigão onde estão as nossas nascentes, parece que as empresas fazem isso de maneira proposital, para deixar nossa vida insustentável, vai ficando difícil, até eles poderem vim e comprar do jeito deles”*. Destaca-se ainda o medo e a desconfiança que a atividade mineradora gera quanto à

qualidade da água para o consumo das famílias. *“Ninguém mais tem confiança de beber as águas daqui. Antes nós chegávamos na beira de qualquer córrego, nos regos ou nas minas e bebia a água limpinha. Só agachava ali e bebia com a mão mesmo, água pura. Hoje, agente tem medo de fazer isso, nós não sabemos o que tem nessas águas. Hoje as nascentes têm aquele barro amarelado, a água é suja”*.

Quanto a diminuição da água ao longo dos anos, há desdobramentos diretos nas fontes de geração de renda das famílias que vivem na Comunidade Macaúba. Um dos entrevistados destacou como isso reverberou na sua propriedade e produção local, tendo como exemplo o período em que plantavam alho, antes de 2000. *“Até o ano 2000 nós plantávamos quatro hectares de alho aqui. Erra tudo irrigado. A nossa represinha supria a irrigação nos meses mais críticos, que eram maio, agosto e setembro. A água nossa sustentava quatro hectares de alho irrigado. As bombas trabalhavam direto, agora você vê a diferença. Hoje eu não arrisco plantar nem meia hectare irrigada aqui na nossa propriedade. Com a falta de água eu posso perder tudo. Isso é prejuízo pra nós, não é?”*.

Outro camponês entrevistado na Comunidade Macaúba destacou também as consequências da progressiva diminuição da água que supre as necessidades cotidianas em sua propriedade, como a irrigação, os afazeres de casa e o consumo para o gado leiteiro. Com ênfase na irrigação, observou que nos últimos anos a produção de alimentos em sua propriedade reduziu devido ao fato de que a água já não sustenta mais todas as áreas irrigadas que eram plantadas em distintos períodos do ano. *“A minha água, que comportava três motores B18 para o uso aqui na minha irrigação, agora custa manter um, olha lá. Ano passado mesmo a água não deu e eu tive que levar o motor lá para o córrego, tive prejuízo por que o custo aumentou, comprei mais cano, tive que contar o trabalho a mais. Mas, não teve jeito, essa foi a única opção para não perder o que tinha feito. Você imagina o tamanho do prejuízo, ia ser muito maior”*.

As palavras desses sujeitos evidenciam que a ação do capital hegemônico territorializado pelas atividades de mineração solapa pouco a pouco o substrato objetivo, a base natural da existência dos camponeses. Diante disso, as reflexões de Mészáros (2007, p. 27) contribuem para demonstrar que a relação da humanidade com a natureza, entendida

como fundamento último de todo o sistema material da vida humana, “vem sendo violado pelo capital de todas as maneiras possíveis, ignorando irresponsavelmente as consequências”. Em razão disso, “não é preciso ter uma apreensão profética para entender que a cruel violação da base natural da existência humana não pode continuar indefinidamente” (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

A observação geográfica dos problemas socioambientais provocados pelas atividades extrativas de minérios na Comunidade Macaúba, e destacados nas fontes orais propiciadas pelos camponeses entrevistados, revela que a vida cotidiana desses sujeitos é confrontada com os impactos que as empresas de mineração vêm gerando. Essas constatações expressam passivos socioambientais que atravessam décadas. As condições materiais e imateriais da existência das famílias camponesas que *vivem na/da terra* tornam-se, assim, sistematicamente arruinadas pelas consequências da atividade mineradora.

Em suma, ao assorear as nascentes, poluir o ar, destruir as paisagens naturais, arruinar os córregos locais, afetar negativamente a biodiversidade animal e vegetal, os efeitos dos empreendimentos de mineração tornam inexecutável a reprodução coletiva dos camponeses na *terra de trabalho*. Representam a erosão completa das bases materiais e imateriais da vida coletiva na Comunidade.

Considerações Finais

A acumulação primitiva representa estratégias violentas de expansão no capital na sociedade moderna, desapropriando trabalhadores de seus lugares de existência coletiva. A acumulação primitiva impôs práticas de ferro e sangue para o capital e contra os trabalhadores. O território e a vida dos trabalhadores nesse processo ficam a disposição do capital através da superexploração. Objetiva-se em métodos espoliativos de dominação e no uso da pilhagem e da usura, legalizadas pelo Estado. Objetiva-se em atividades econômicas dependentes da exploração intensiva da natureza e do trabalho, como o agronegócio, os mega projetos de energia, turismo e mineração.

As pesquisas de campo, observações diretas e entrevistas com camponeses e trabalhadores que vivem na Comunidade Macaúba, em Catalão/GO, contribuem para revelar as contradições do modelo mineral de grandes projetos. Os ritmos extrativos e a dinâmica de mudanças irreversíveis das paisagens, exaustão dos solos e das águas, poluição sonora, do ar e visual revelam que a relação entre empresas mineradoras e as comunidades que vivem no entorno das minas a céu aberto é insustentável. Portanto, o olhar geográfico integrado e iluminado pelos referenciais teóricos que elucidam a dinâmica evolutiva, a expansão e as estratégias do capital a partir de atividades extrativas como a mineração, deixa claro que a acumulação primitiva constitui como processo permanente no capitalismo.

Referências

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de. et.al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-61.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Tradução Osvaldo Coggila. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, C. G. E. **Mineração e meio ambiente no Brasil**. Relatório Preparado para o CGEE. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf. Acesso em: nov. 2011.

FERREIRA, A. P. da S. de O. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG – Campus Catalão, 2012. 174 f.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

LENCIONI, S. **Acumulação primitiva:** um processo atuante na sociedade contemporânea. 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7424>. Acesso em 07, jul. de 2017

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital:** contribuições ao estudo econômico do imperialismo. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

Sobre a autora

Ana Paula Saragossa Corrêa

Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015) e graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Atuou como professora na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo de 2014 à 2016. Atualmente é professora da rede particular e tem uma Especialização em andamento em Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. (Carga Horária: 450h). Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geopolítica e Educação para alunos com Deficiência, atuando principalmente nos seguintes temas: acumulação por espoliação, acumulação primitiva, imperialismo e cartografia tátil.

Sobre o autor

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

É doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG (2016). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás - UFG / Regional Catalão (2012). Graduação em Geografia pelo Centro Universitário do Cerrado - UNICERP (2007). Atualmente é professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG / Campus Iporá, e do Mestrado Acadêmico em Língua, Literatura e Interculturalidade ? POSLLI, da UEG - Campus Cora Coralina. Editor Chefe da Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais. É pesquisador colaborador externo do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER/IESA/UFG). Pesquisador colaborador dos Grupos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS / UFJF) e Trabalho Território e Políticas Públicas (TRAPPU / IESA-UFG). Foi da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Goiânia (2014 - 2015). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia do Trabalho. Dedicou-se ao estudo e pesquisa dos seguintes temas: geografia e literatura, agricultura familiar camponesa, pesquisa qualitativa em geografia, território, conflitos socioambientais, mineração e Grandes Projetos de Desenvolvimento.

Artigo Recebido em Outubro de 2017.
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.